

ELEIÇÕES

Lula aumenta pressão por Ceciliano no Rio

Ex-presidente e Alckmin tentam acabar com a briga entre PT e PSB pela vaga ao Senado, disputada pelo presidente da Alerj e pelo deputado Alessandro Molon

» MICHELLE PORTELA

Enquanto o deputado federal Alessandro Molon (PSB-RJ) cumpria agenda na Câmara dos Deputados, seu adversário direto na disputa a uma vaga de pré-candidato ao Senado pela esquerda no Estado do Rio, André Ceciliano (PT), presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), publicou uma foto com o ex-presidente e candidato petista à sucessão de Jair Bolsonaro, Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SP), e o vice em sua chapa, Geraldo Alckmin (PSB-SP), em suas redes sociais.

Embora tenha alta visibilidade na Câmara e ser egresso dos quadros petistas, Molon está sofrendo forte pressão para desistir de ser o candidato ao Senado na chapa da coligação PT, PSB, PCdoB, Rede, PSol e Cidadania. Inclusive, o candidato ao governo do estado pelo grupo, Marcelo Freixo (PSB), já admite preferir o petista para compor o palanque lulista no Rio.

A chegada de Lula ao Rio de Janeiro, ontem, para uma agenda de dois dias na capital fluminense, promete acelerar o debate sobre quem será o candidato ao Senado. Em princípio, a maior resistência a Molon vem do fogo amigo de Marcelo Freixo, que

Ricardo Stuckert/PT



André Ceciliano (C) posa com Alckmin e Lula, no Rio, em mais um sinal de apoio a sua candidatura ao Senado

cobra do PSB o cumprimento do acordo pelo qual o PT teria prioridade à vaga ao Senado na chapa. O PSol, por sua vez, tem motivos para apoiar Molon, já que as legendas se ajustaram no Maranhão e no Piauí.

Entretanto, Molon e Ceciliano estão “empatados” na contagem interna das legendas da coalizão — cada um com o apoio de três partidos. Molon tem ao seu lado o PSB, PSol e Rede, enquanto

Ceciliano tem PT, PCdoB e PV. O PSol é o principal apoiador de Marcelo Freixo, tendo deixado a candidatura da jurista Luciana Boiteux de lado em favor do socialista.

Defensores de Ceciliano, que tem capilaridade eleitoral na Baixada Fluminense, lembram que Molon fez, nos últimos meses, acenos a adversários de Freixo, como o ex-prefeito de Niterói Rodrigo Neves (PDT),

candidato ao governo do Rio, e Eduardo Paes (PSD), prefeito da capital fluminense.

Ontem à noite, Molon participou de uma agenda com Lula e representantes do carnaval carioca na quadra da Unidos da Tijuca, no Centro da cidade. “[A candidatura] continua sendo debatida entre as direções nacionais dos nossos partidos, mas serei candidato ao Senado pelo Rio de Janeiro, isso é uma decisão irreversível”, disse Molon.

Em SP, governador espera apoio de Bivar

» VICTOR CORREIA

A disputa pelo governo paulista deve sofrer grandes mudanças a partir da semana que vem. Além da esperada saída de Márcio França (PSB) do páreo para concorrer ao Senado e incorporar a campanha do ex-prefeito Fernando Haddad (PT), o atual governador, Rodrigo Garcia (PSDB), está prestes a receber apoio do União Brasil. A expectativa é que o tucano anuncie ainda hoje, oficialmente, o acordo com a agremiação comandada pelo presidente Luciano Bivar. Já o pré-candidato apoiado por Bolsonaro, o ex-ministro Tarcísio de Freitas (Republicanos) recebeu, ontem, apoio do PSD de Gilberto Kassab.

Garcia já tem participação agendada em evento do União Brasil, em São Paulo, no próximo sábado, quando deve ser

apresentado como o pré-candidato apoiado pela legenda para o Palácio dos Bandeirantes.

Recentemente, o atual governador paulista intensificou os acenos a Bivar. Em participação no programa *Roda Viva*, da TV Cultura, na segunda-feira, Garcia abriu publicamente seu palanque. “Eu tenho disposição total de participar da campanha do Luciano Bivar, que é o candidato da terceira via do maior partido do país”, disse.

O apoio, prestes a ser oficializado, ocorre após tensão entre o União Brasil e o PSDB. Parte do União afirmou veementemente que não haveria acordo com Garcia por uma “falta de alinhamento nacional”, segundo o deputado federal Júnior Bozella (União-SP). Aliados de Garcia dentro do partido, porém, declararam que o posicionamento era apenas um blefe.

Com o União, o governador de São Paulo pode alavancar ainda mais sua pré-candidatura, cujo desempenho nas pesquisas de intenção de votos vem surpreendendo. Garcia assumiu o comando do estado mais rico do país após a saída de João Doria (PSDB) para disputar o Planalto.

Até recentemente, ele ocupava o quarto lugar nas pesquisas, atrás do ex-ministro de Jair Bolsonaro (PL) Tarcísio de Freitas (Republicanos). Porém, pesquisa Datafolha divulgada na quinta-feira passada, que já considerou a saída de França, mostrou Garcia e Tarcísio empatados em segundo lugar, com 13% das intenções de voto, atrás de Haddad, que lidera com 34%.

Soma-se a isso o fato de que o União Brasil detém a maior fatia do Fundo Eleitoral, que pode deixar Garcia com praticamente

o dobro do tempo de televisão e rádio que seus oponentes. Com o desafio de manter a hegemonia que o PSDB historicamente mantém em São Paulo, a candidatura do tucano passou a ser ameaça para Haddad e Tarcísio.

Resta, porém, definir o vice. O União Brasil indica o ex-ministro da Economia Henrique Meirelles, enquanto o PSDB já firmou acordo para emplacar o ex-tucano Edson Aparecido (MDB).

Escudado no acordo nacional da terceira via, Garcia já deixou claro que fará palanque tanto para Bivar quanto para a senadora Simone Tebet (MDB-MS). Perguntado sobre isso no programa da TV Cultura, o governador respondeu: “nós vamos encontrar na política um caminho seguro para que essas forças da terceira via tenham na minha candidatura um espaço de diálogo”.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



A insensatez e o efeito manada

A *Marcha da Insensatez*, da historiadora Barbara Tuchman, que venceu o prêmio Pulitzer por duas vezes, trata de situações nas quais seus protagonistas contrariaram seus próprios interesses, nos casos da Guerra de Tróia, da Reforma Protestante, da Independência dos Estados Unidos e da Guerra do Vietnã. Nesses episódios, as lideranças políticas mais poderosas tomaram decisões catastróficas. Por isso, o livro é um clássico da política.

Tuchman descreve a desastrosa atuação dos papas do fim do século XV e início do XVI, a arrogância da aristocracia inglesa frente às colônias americanas e, por fim, a cegueira da elite político-militar dos EUA na Guerra do Vietnã. O mundanismo — o enriquecimento do alto clero — dividiu a Igreja e embalou a Reforma de Lutero e Calvino. A inflexibilidade e a cobiça da aristocracia inglesa resultaram na perda de suas Colônias na América do Norte. A Guerra do Vietnã levou os Estados Unidos a uma de suas mais profundas e longas crises políticas.

No Brasil, estamos vivendo um momento parecido. Estão em xeque nossa ordem democrática e a institucionalidade da economia. Ulysses Guimarães, o grande patrono da nossa Constituição Cidadã, quando alguém se queixava do Congresso, costumava dizer que a safra de parlamentares seguinte seria pior. Sua pilhéria virou uma maldição, porque o grau de deterioração das práticas políticas no Congresso só aumenta.

Depois que os políticos do Centrão, aliados ao presidente Jair Bolsonaro, passaram a dar todas as cartas no nosso Parlamento, um câncer corrói as entranhas da política brasileira, o chamado orçamento secreto, que cedo ou tarde será mais um caso de polícia. Para completar, o bilionário fundo eleitoral destinado aos partidos nas eleições está se transformando num obstáculo à renovação dos costumes políticos.

Criou-se uma situação de absurda desvantagem entre quem tem mandato, e usufrui de verbas do Orçamento da União, estruturas de gabinete e recursos abundantes de campanha, e aqueles que serão candidatos e não têm as mesmas possibilidades. Como se não bastasse, agora vem o pacote de bondades da PEC da Eleição, que será a bandeira eleitoral de quem pleitearia a reeleição.

Seu objetivo seria mitigar os efeitos da inflação na vida da população de mais baixa renda, mas isso é apenas uma cortina de fumaça para o que realmente está acontecendo. São medidas de curto prazo, de caráter populista, que não vão resolver os problemas da população, porque o rombo fiscal que provocará será um fator acelerador da própria inflação, corroendo os seus benefícios.

Mais graves são as consequências em termos institucionais, como o desrespeito ao calendário eleitoral e o abuso do poder econômico nas eleições, de um lado, e a ruptura na institucionalidade de nossa economia, devido à falta de responsabilidade fiscal, de outro. A insegurança jurídica provocada por emendas à Constituição casuísticas, aprovadas à toque de caixa, ampliam o cenário de incertezas em relação ao futuro da própria moeda, o real.

A três meses das eleições, essas medidas que estão sendo aprovadas no Congresso desnudam um descolamento dos partidos políticos e seus representantes dos verdadeiros interesses da sociedade. São um fator de enfraquecimento da própria democracia. Já passamos por outras situações semelhantes, ao longo da história, que nos levaram a profundas crises.

A hiperinflação da década de 1980, que coincidiu com a transição à democracia, ainda hoje nos cobra pedágios, pois nunca mais conseguimos ingressar num ciclo longo e sustentável de crescimento, mesmo depois de o Plano Real ter estabilizado a nossa moeda e as privatizações terem se realizado, para restabelecer o equilíbrio das contas públicas. A Lei de Responsabilidade Fiscal está sendo rasgada.

Encenação

O preço desse fracasso está anunciado: é a iniquidade social que explode nas ruas e não será superada na campanha eleitoral com esse pacote de medidas proposto pelo governo. O Senado aprovou a PEC das Eleições com apenas um voto contrário, o do senador José Serra (PSDB-SP), um economista experiente, que governou São Paulo, conhece as contas públicas e entende de política de desenvolvimento.

Casa de ex-ministro e ex-governadores, muitos dos quais candidatos nestas eleições, o Senado protagonizou um acordo sem precedentes entre o presidente Bolsonaro, o Centrão e a oposição, num pacto do tipo “nos locupletemos todos”. Com toda a certeza, não será a Câmara que irá restaurar a moralidade.

O misancene que está sendo feito pela oposição, cujos parlamentares estão docemente constrangidos, apenas disfarça o efeito manada. A palavra de origem francesa — “mise en scène” — significa encenação. É o que está acontecendo nas manobras de obstrução da votação na Câmara. É muito difícil para um parlamentar com mandato em risco votar isoladamente contra as benesses anunciadas no pacto. Não teria como explicar aos eleitores.

O presidente Jair Bolsonaro aposta todas as fichas na PEC da Eleição para reverter a desvantagem em que se encontra em relação à preferência das parcelas mais pobres da população, principalmente no Nordeste. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva acredita que as medidas o beneficiarão, porque estão sendo adotadas de última hora, diante do risco de derrota eleitoral do governo. É a marcha da insensatez.

CB.PODER

Pouco espaço para terceira via

» JOÃO GABRIEL FREITAS*

Para o cientista político Alberto Carlos de Almeida e o geógrafo Tiago Garrido — autores do livro *A mão e a luva: o que eleger um presidente* — as eleições de 2022 serão definidas entre Lula e Bolsonaro. Para os autores, será difícil surgir outro candidato que altere o cenário polarizado da disputa presidencial. Em entrevista ao *CB.Poder*, parceria do *Correio Braziliense* com a TV Brasília, eles avaliam não há mais espaço para um candidato da terceira via chegar ao segundo turno.

“É uma briga de cachorro grande. O que deixa mais difícil alguém furar essa disputa é que, de um lado, tem o presidente da República, uma figura extremamente conhecida que pauta mídia diariamente. Do outro, um ex-presidente que já governou duas vezes o país”, disse Tiago Garrido.

Os pesquisadores argumentam que, a partir do estudo de eleições anteriores, é possível chegar a algumas conclusões. Segundo Almeida, as eleições deste ano se assemelham às de 1998, cujo vencedor foi o então presidente Fernando

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Tiago Garrido (E) e Alberto Carlos Almeida: polarização consolidada

Henrique Cardoso (PSDB). “As semelhanças (com este ano) são um presidente que disputa reeleição, um opositor do PT — novamente Lula — e o terceiro colocado nas pesquisas, Ciro Gomes (PDT) — agora e em 1998. Qual a grande diferença: o presidente (em 1998) estava bem avaliado. (Avaliação) ruim e péssima de FHC gravitava em torno de 25%. Ruim e péssima de Bolsonaro ficam em torno de 45% a

50%, ou seja, (uma rejeição) muito maior. Eu chamo isso de sinal trocado, significaria trocar o vencedor”, argumentou o cientista político.

Para Garrido, a eleição de 2010, vencida por Dilma Rousseff (PT), pode ser usada como exemplo de assertividade. A alta avaliação positiva do eleitorado em relação ao governo de Lula tornava certa a eleição de Dilma que, um ano antes, estava atrás de José Serra (PSDB)

nas pesquisas de intenção de votos.

“Foi praticamente a terceira eleição do Lula, tamanha era a satisfação do eleitorado. Claro, em um contexto de inflação baixa, crescimento acumulado de anos de despesas de consumo das famílias, acesso a bens que nunca tiveram. Esses fatores tornaram a sucessora de Lula quase imbatível, embora, um ano antes, as pesquisas não indicassem”, lembrou Tiago.

Alberto Carlos de Almeida também destacou a opinião pública como fator fundamental, expressa no título do livro. “Cada candidato é uma mão, e a luva é a opinião pública. As várias mãos tentam se encaixar nessa luva. Isso serve para as eleições. A mão que melhor se encaixar sairá vencedora”, explicou.

No livro, lançado ontem em Brasília, na Câmara Legislativa, os escritores buscaram nas últimas oito eleições presidenciais e nas pesquisas de opinião pública a resposta à pergunta sobre qual candidato tem mais chances de vencer a eleição presidencial de 2022.

*Estagiário sob a supervisão de Vinicius Doria